

OE, OA e APPC contestam revisão do Código dos Contratos Públicos

16 de Agosto de 2012 às 13:57:51 por PEDRO CRISTINO

A Ordem dos Engenheiros (OE), a Ordem dos Arquitectos (OA) e a Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC) consideram preocupante a aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP) e afirmam que a revisão do mesmo "não contribui para a correcção das graves distorções que caracterizam o actual funcionamento do mercado".



Num comunicado conjunto enviado à imprensa, as três associações revelam "grande preocupação" relativamente às "consequências" da entrada em vigor deste regulamento e declaram que as recomendações do sector não foram consideradas nesta revisão.

Há cerca de um ano, as ordens e a APPC enviaram uma carta ao ministro da Economia e do Emprego onde referiam que a entrada em vigor do novo CCP "veio coincidir com um ciclo de recessão no mercado dos serviços de engenharia e de arquitectura", factores que, aliados à "falta de sensibilidade dos intervenientes públicos", fomentavam a "progressiva degradação das condições de contratação, acentuando as dificuldades das empresas e dos profissionais".

Na mesma carta podia ler-se que esta situação tem levado ao "generalizado aviltamento dos preços, à falta de fundamentação e critério na fixação do preço-base e à falta de ponderação de critérios técnicos na análise das propostas", o que provocará, "certamente, a degradação da qualidade dos empreendimentos e da construção".

pesquisar

CONSTRUIR
Edição Tektónica 2012
consulte em formato ePaper

Placas de Gesso Laminado | Drywall

Soluções de Confiança

CE

Maquiagem

traço

Partir ou ficar?

A Traço dedica esta edição a um conjunto de profissionais: portugueses que estão fora, e estrangeiros que escolheram Portugal para viver, de forma a tentar perceber as visões de todos e de cada um.

traço

Partir ou ficar?

OE, OA e APPC contestam revisão do Código dos Contratos Públicos

16 de Agosto de 2012 às 13:57:51 por PEDRO CRISTINO

A Ordem dos Engenheiros (OE), a Ordem dos Arquitectos (OA) e a Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC) consideram preocupante a aplicação do Código dos Contratos Públicos (CCP) e afirmam que a revisão do mesmo "não contribui para a correcção das graves distorções que caracterizam o actual funcionamento do mercado".

Num comunicado conjunto enviado à imprensa, as três associações revelam "grande preocupação" relativamente às "consequências" da entrada em vigor deste regulamento e declaram que as recomendações do sector não foram consideradas nesta revisão.

Há cerca de um ano, as ordens e a APPC enviaram uma carta ao ministro da Economia e do Emprego onde referiam que a entrada em vigor do novo CCP "veio coincidir com um ciclo de recessão no mercado dos serviços de engenharia e de arquitectura", factores que, aliados à "falta de sensibilidade dos intervenientes públicos", fomentavam a "progressiva degradação das condições de contratação, acentuando as dificuldades das empresas e dos profissionais".

Na mesma carta podia ler-se que esta situação tem levado ao "generalizado aviltamento dos preços, à falta de fundamentação e critério na fixação do preço-base e à falta de ponderação de critérios técnicos na análise das propostas", o que provocará, "certamente, a degradação da qualidade dos empreendimentos e da construção".

Agora, com a aprovação e publicação da revisão do CCP, as associações frisam que não foram incluídos os seus contributos no documento, persistindo-se "numa visão imediata e redutora que inviabiliza o normal funcionamento do mercado", que se traduz na "insustentabilidade das empresas e na degradação dos serviços envolvidos".

Desta revisão, o comunicado destaca “as recomendações relativas à política de contratação” que alteram a prática de adjudicação “com base exclusivamente no preço e não na qualidade do projecto, o que fragiliza a qualidade do serviço prestado e tende a elevar o preço final da obra por via dos trabalhos a mais e dos erros e omissões”.

<http://www.construir.pt/2012/08/16/oe-oa-e-appc-contestam-revisao-do-codigo-dos-contratos-publicos/>